

d) realizar o levantamento e diagnóstico das dificuldades e das potencialidades relacionadas aos resíduos sólidos para o estabelecimento de estratégias de precaução e prevenção, referentes ao desenvolvimento de políticas ambientais, tecnológicas, sociais e econômicas para segmentos sociais produtivos ou consumidores de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 1º de julho de 2013.

SIMÃO JATENE  
Governador do Estado

#### TERMO DE ADESÃO

Pelo presente Termo de Adesão, Eu,....., Prefeito(a) Municipal de....., pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº ....., portador(a) da CI nº....., CPF/MF nº ....., residente e domiciliado(a) na ....., nº ....., ....., por este ato formalizo, junto à Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS, Órgão da Administração Direta do Estado do Pará, com sede na Avenida Governador José Malcher, nº 1.018, Bairro de Nazaré, CEP: 66.055-260, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.995.816-04, neste ato representada pela servidora pública sr(a). ....., brasileiro(a), matrícula funcional nº....., portador(a) da CI nº....., inscrito(a) no CPF/MF nº....., a ADESÃO ao COMITÊ INTERINSTITUCIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA DOS CATADORES DE MATERIAIS REUTILIZÁVEIS E RECICLÁVEIS (CIISC/Pará), criado pelo Decreto Estadual nº....., de ..... de ..... de 2013.

Declaro ainda estar ciente das responsabilidades estabelecidas no referido Decreto e nas demais normas pertinentes, e em especial nas ações e atividades contempladas no Projeto Pro-Catador ATIVAÇÃO PARÁ, parte integrante do Convênio nº 089/2012, celebrado entre o Governo do Estado do Pará/SEAS e o Governo Federal/MTE/SENAES-SICONV 778.652/2012, a fim de estabelecer parceria e contribuir na busca de soluções para os Resíduos Sólidos Urbanos, no âmbito do Estado do Pará.

Belém/PA, ..... de ..... de 2013.

DOE Nº 32.430, de 03/07/2013.

---

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - ASSESSORIA TÉCNICA

D E C R E T O Nº 795, DE 15 DE JULHO DE 2013.

Homologa o Regimento Interno do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará - CGP/PA.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e

Considerando o disposto no art. 15, inciso VI, da Lei nº 7.649 de 24 de julho de 2012,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará - CGP/PA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 15 de julho de 2013.

SIMÃO JATENE  
Governador do Estado

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO-  
PRIVADAS DO ESTADO DO PARÁ**

**CAPÍTULO I  
DO CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO ESTADO DO  
PARÁ - CGP/PA**

**SEÇÃO I  
DA INSTITUIÇÃO E COMPOSIÇÃO**

Art. 1º Fica instituído o Conselho Gestor de Parcerias Público- Privadas do Estado do Pará - CGP/PA, de acordo com a Lei nº 7.649, de 24 de julho de 2012, e o Decreto nº 713, de 1º de abril de 2013.

§ 1º O CGP/PA é o órgão superior de caráter normativo e deliberativo do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará - PPP/PA, subordinado diretamente ao Governador do Estado.

§ 2º O CGP/PA tem a seguinte composição:

I - o Secretário Especial de Estado de Gestão;

II - o Secretário Especial de Estado de Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável;

III - o Secretário de Estado da Fazenda;